



# Prefeitura Municipal de Carmo do Paranaíba

CNPJ 18.602.029/0001-09

Pça. Misael Luiz de Carvalho, 84 PABX: (034) 3851-9800

CEP: 38840-000 – CARMO DO PARANAÍBA – MG

## PARECER

**MUNICÍPIO DE CARMO DO PARANAÍBA**, representado por seu Procurador-Geral do Município, vem à presença de V. Exa., César Caetano de Almeida Filho e de V. Sa., Simeire Silva Moreira Cunha, apresentar **PARECER** acerca de ***RECURSO CONTRA DESCLASSIFICAÇÃO DE PROPOSTA***, apresentada pela empresa Naiara Ramos de Oliveira (PROMÍDIA MARKETING), no Processo Licitatório 096/2019, Carta Convite 002/2019, conforme segue.

A empresa supra referida apresentou recurso na data de 24/10/2019 por meio de e-mail, tendo sido recebido vez que tempestivo, considerada a data da ata de 22/10/2019, pelo que foi encaminhado a esta Procuradoria-Geral do Município para parecer.

No aludido recurso a empresa recorrente alega fatos que deveriam ter sido argüidos na fase de habilitação, onde **mesmo após ter sido considerada inabilitada na ata de 08/10/2019**, em parecer datado de 17/10/2019, com fulcro no Princípio da Autotutela da Administração Pública, **esta foi habilitada** em razão do caso concreto da licitação em destaque.

Mesmo em razão dos fatos e fundamentos jurídicos alegados pela empresa Naiara Ramos de Oliveira, quais sejam: *Princípio da Legalidade e da Vinculação ao Instrumento Convocatório, ou Vinculação ao Edital*, não possuem relação com a fase do processo licitatório para a qual seriam admitidos recursos, qual seja, fase da abertura das propostas (22/10/2019), aqueles já estão superados no processo licitatório, que prima pelo interesse público em detrimento do interesse do particular. Como é o caso ora em análise.





# Prefeitura Municipal de Carmo do Paranaíba

CNPJ 18.602.029/0001-09

Pça. Misael Luiz de Carvalho, 84 PABX: (034) 3851-9800

CEP: 38840-000 – CARMO DO PARANAÍBA – MG

Deve-se destacar na oportunidade que APÓS TER SIDO CONSIDERADA HABILITADA POR DECISÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO, que ao acatar parecer desta mesma Procuradoria-Geral do Município no qual justificou que em razão das dificuldades para a contratação de empresas para atendimento de necessidade pública premente do Município de Carmo do Paranaíba, A EMPRESA ORA RECORRENTE NADA MANIFESTOU QUANTO AOS PRINCÍPIOS POR ORA ALEGADOS, ou seja, QUANDO FOI BENEFICIADA SE OMITIU E CALOU.

Porém, somente APÓS A SESSÃO DE ABERTURA DOS ENVELOPES COM AS PROPOSTAS DE PREÇOS AO VER QUE FOI DERROTADA, APRESENTOU O PRESENTE RECURSO.

Ora, tal atitude soa no mínimo CONTROVERSA E SUSPEITA, pelo que poder-se-ia até mesmo desconfiar de que a empresa recorrente está ALEGANDO A PRÓPRIA TORPEZA EM BENEFÍCIO PRÓPRIO, que é rechaçado pelo ordenamento jurídico brasileiro.

O princípio de que ninguém pode alegar a própria torpeza em benefício próprio - *nemo auditur propriam turpitudinem allegans* - é aplicado a todos os ramos do direito, mas principalmente por ser um princípio, e, portanto, anterior à norma posta é considerado até mesmo um bom costume social e aplica-se principalmente às relações das pessoas em sociedade.

Seria o mesmo que uma pessoa se beneficiasse de uma situação na qual sabe que não deveria, ou até mesma sabe estar errada e calar-se, ou omitir, deixando para alegar, ou para agir somente quando tivesse algum prejuízo em decorrência da mesma relação jurídica na qual já sabidamente fora beneficiada.







# Prefeitura Municipal de Carmo do Paranaíba

CNPJ 18.602.029/0001-09

Pça. Misael Luiz de Carvalho, 84 PABX: (034) 3851-9800

CEP: 38840-000 – CARMO DO PARANAÍBA – MG

Tal conduta é vulgarmente reconhecida como vergonhosa e por isso as próprias relações sociais não admitem, pelo que o direito nada mais fez que incorporar ao mundo jurídico.

Nas palavras de DELCIDES PRADO:

*O princípio nemo auditur propriam turpitudinem allegans, significa pura e simplesmente que: NINGUÉM PODE SE BENEFICIAR DA PRÓPRIA TORPEZA, o que traduzindo para a aplicação fática, conforme se impõe em todas as searas do direito e até da vida em sociedade, significa que nenhuma pessoa pode fazer algo incorreto, praticar um ato ilícito, ou descumprir uma regra de conduta, imposta pelas normas legais, e depois alegar tal conduta em proveito próprio.*  
(<http://www.pradoefleury.com.br/advocacia-goiania/236-principio-nemo-auditur-propriam-turpitudinem-allegans-ninguem-pode-se-beneficiar-da-propria-torpeza-sua-infracao-pela-administracao-publica>)

De outro modo, caso a empresa recorrente insista nos questionamento do caso em voga, sugere-se a esta Comissão de Licitação que apure a possível prática de conduta de má-fé daquela, bem com a suposta prática de ilícitos contra as licitações, a exemplo das previstas nos artigos 90 e 93, da lei 8.666/1993.

Diante do exposto, profere-se o presente parecer *ad argumentandum tantum*, para o mero cumprimento dos princípios da motivação dos atos administrativos e da garantia da ampla defesa e do contraditório e opina pela **TOTAL IMPROCEDÊNCIA** do *RECURSO CONTRA A DESCLASSIFICAÇÃO DE PROPOSTA*, uma vez que a empresa NAIARA RAMOS DE OLIVEIRA não apresentou alegações e argumentos jurídicos relacionados com o *nomem iuris* do recurso, mas tão só relacionados a fase anterior do processo licitatório na qual, foi igualmente beneficiada pela decisão da Comissão Permanente de Licitação.





# **Prefeitura Municipal de Carmo do Paranaíba**

CNPJ 18.602.029/0001-09

Pça. Misael Luiz de Carvalho, 84 PABX: (034) 3851-9800

CEP: 38840-000 – CARMO DO PARANAÍBA – MG

Orienta-se, ainda, para que a decisão seja submetida ao Exmo. Sr.  
Prefeito do Município de Carmo do Paranaíba, para conhecimento e referendo.

Carmo do Paranaíba, 29 de outubro de 2019.

**VENÂNCIO LUIZ DE DEUS**  
**Procurador-Geral do Município**  
**OAB/MG: 176.720**

*Declaro*  
*29/10/19*

